

Essencis Soluções Ambientais S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2013 e de 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Essencis Soluções Ambientais S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 28 de março de 2013 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Essencis Soluções Ambientais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 6, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para atender o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto no que se refere ao método de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto conforme descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Preparação das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Essencis Soluções Ambientais S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	8.672	6.322	8.736	6.392	Fornecedores e outras contas a pagar	18	18.474	27.176	20.229	26.392
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	84.335	81.135	90.064	83.040	Empréstimos e financiamentos	19	38.978	8.918	38.978	8.922
Impostos a recuperar		6.414	9.220	6.735	9.371	Debêntures	20	8.627	4.231	8.627	4.231
Dividendos		3.118	1.376	3.118	1.376	Salários e encargos sociais	21	9.264	9.197	9.475	9.524
Estoques	14	17.760	10.896	17.833	10.977	Impostos, taxas e contribuições a recolher	22	6.775	7.176	7.180	7.357
Adiantamento de fornecedores		855	789	876	809	Dividendos		14.290	8.644	14.290	8.644
Total do ativo circulante		121.154	109.737	127.362	111.967	Adiantamento de clientes	24	3.520	2.446	3.595	2.520
Não circulante						Total do passivo circulante					
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	19.636	28.070	19.591	28.084			99.928	67.788	102.374	67.590
Ativos fiscais diferidos	23	12.996	13.922	13.239	14.133	Não circulante					
Depósitos judiciais		1.627	1.211	1.648	1.211	Empréstimos e financiamentos	19	8.749	16.721	8.749	16.730
Investimentos em controladas	15	64.214	59.250	27.850	24.006	Debêntures	20	145.791	150.000	145.791	150.000
Imobilizado	16	256.164	225.577	260.889	230.415	Passivos fiscais diferidos	23	2.174	2.592	4.522	4.939
Intangível	17	5.751	7.042	37.326	38.617	Provisões	25	30.027	27.562	31.597	29.026
Total do ativo não circulante		360.388	335.072	360.543	336.465	Passivo a descoberto		1.053	-	1.053	-
						Impostos, taxas e contribuições parcelados		160	165	159	165
						Adiantamento de clientes	24	-	2.117	-	2.117
						Total do passivo não circulante		187.954	199.157	191.871	202.977
						Patrimônio líquido					
						Capital social	26	112.571	112.571	112.571	112.571
						Reserva legal	26	9.106	7.602	9.106	7.602
						Reserva de retenção de lucros	26	71.813	57.522	71.813	57.522
						Avaliação de ativo imobilizado		170	170	170	170
						Total do patrimônio controladores		193.660	177.865	193.660	177.865
Ativo		481.542	444.809	487.905	448.432	Passivo e patrimônio líquido		481.542	444.809	487.905	448.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita bruta de serviços prestados		364.636	350.567	374.758	356.499
Impostos incidentes sobre serviços prestados		<u>(48.355)</u>	<u>(44.793)</u>	<u>(50.229)</u>	<u>(46.415)</u>
Receita líquida	27	316.281	305.775	324.529	310.084
Custos dos serviços prestados		<u>(243.825)</u>	<u>(236.004)</u>	<u>(250.156)</u>	<u>(238.727)</u>
Lucro bruto		72.456	69.771	74.373	71.357
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	29	(11.465)	(16.941)	(11.543)	(17.441)
Gerais e administrativas	28	(22.391)	(18.542)	(22.617)	(18.780)
Outras receita/despesas operacionais, líquidas	30	5.703	(3.514)	5.717	(3.516)
Resultado de equivalência patrimonial	15	<u>11.047</u>	<u>6.792</u>	<u>9.927</u>	<u>6.152</u>
Resultado antes das receitas (despesas financeiras), líquidas e impostos		55.350	37.565	55.857	37.773
Despesas financeiras		(19.423)	(25.409)	(19.458)	(25.453)
Receitas financeiras		<u>3.623</u>	<u>6.325</u>	<u>3.671</u>	<u>6.454</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	31	(15.800)	(19.085)	(15.787)	(18.999)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.550	18.481	40.070	18.774
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(8.898)	(6.905)	(9.450)	(7.345)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>(567)</u>	<u>3.702</u>	<u>(535)</u>	<u>3.848</u>
Lucro líquido do exercício		<u>30.085</u>	<u>15.278</u>	<u>30.085</u>	<u>15.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Resultado do exercício	<u>30.085</u>	<u>15.278</u>	<u>30.085</u>	<u>15.278</u>
Resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>30.085</u></u>	<u><u>15.278</u></u>	<u><u>30.085</u></u>	<u><u>15.278</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio controladores
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	112.571	6.838	51.822	-	171.231
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.278	15.278
Reserva legal	-	764	-	(764)	-
Dividendos a distribuir	-	-	(8.644)	-	(8.644)
Reserva de retenção de lucros	-	-	14.514	(14.514)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	112.571	7.602	57.692	-	177.865
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.085	30.085
Reserva legal	-	1.504	(1.504)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(14.290)	-	(14.290)
Reserva de retenção de lucros	-	-	30.085	(30.085)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.571	9.106	71.983	-	193.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido		30.085	15.278	30.085	15.278
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		29.874	23.878	30.448	25.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(6.586)	3.404	(6.570)	3.873
Equivalência patrimonial	15	(11.047)	(6.792)	(9.927)	(7.553)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		(2.921)	2.102	(2.921)	1.277
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		16.048	16.120	16.045	16.125
Provisão para urbanização de aterros	25	3.513	5.299	3.620	5.299
Provisão para contingências	25	404	2.124	404	2.124
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	9.466	3.203	9.985	3.203
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	12	16.718	14.255	13.805	14.046
Partes relacionadas		475	(17.035)	(396)	(1.505)
Impostos a recuperar		2.806	(6.598)	2.636	(6.728)
Despesas antecipadas		-	1.917	-	-
Estoques	14	(6.864)	(8.192)	(6.856)	(8.239)
Outros créditos		(5.373)	(1.852)	(5.369)	47
Depósitos judiciais		(53)	(159)	(74)	(159)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	18	(5.423)	1.881	(4.488)	1.405
Salários, provisões e encargos sociais	21	67	1.192	(49)	1.100
Impostos, taxas e contribuições	22	(407)	1.431	(183)	1.350
Adiantamento de clientes	24	(1.042)	(20.506)	(1.043)	(20.649)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	(8.957)	(9.660)	(9.509)	(7.536)
Partes relacionadas		(3.345)	14.132	(1.740)	412
Pagamento de contingências		(1.814)	(191)	(1.815)	(191)
Outras contas a pagar		-	(142)	-	(928)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		55.624	35.087	56.088	37.200
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimentos		-	(2.226)	-	-
Aquisição de imobilizado	16	(62.270)	(68.008)	(62.731)	(70.262)
Mais valia de ativo imobilizado		-	-	-	(377)
Adições ao intangível	17	(122)	(55)	(120)	(57)
Baixa e transferência de ativo intangível	17	2.891	(1.336)	2.892	(1.337)
Mais valia de ativo intangível		-	-	-	(1.971)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(59.501)	(71.625)	(59.959)	(74.004)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - Terceiros		32.340	13.566	32.440	14.065
Pagamento de financiamentos		(10.719)	(19.223)	(10.830)	(19.734)
Juros pagos		(15.394)	(13.689)	(15.395)	(13.693)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		6.227	(19.346)	6.215	(19.362)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.350	(55.884)	2.344	(56.166)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	6.322	62.206	6.392	62.558
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11	8.672	6.322	8.736	6.392
		<u>2.350</u>	<u>(55.884)</u>	<u>2.344</u>	<u>(56.166)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		364.636	350.567	374.758	356.499
Outras receitas		6.004	(8)	6.019	(8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição		(9.435)	(15.474)	(9.476)	(15.943)
		361.205	335.085	371.301	340.549
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(138.543)	(145.208)	(141.600)	(143.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(35.680)	(32.349)	(36.756)	(33.441)
Outras (especificar)		(725)	(4.242)	(746)	(4.246)
		(174.948)	(181.799)	(179.101)	(181.208)
Valor adicionado bruto		186.257	153.286	192.200	159.340
Depreciação, amortização e exaustão	16/17	(28.964)	(23.487)	(29.538)	(24.758)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		157.294	129.800	162.662	134.582
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	15	11.047	6.792	9.927	6.152
Receitas financeiras		3.623	6.325	3.671	6.454
		14.670	13.117	13.598	12.607
Valor adicionado total a distribuir		171.964	142.916	176.260	147.189
Distribuição do valor adicionado		171.964	142.916	176.260	147.189
Pessoal		59.958	52.728	61.882	54.875
Remuneração direta		45.751	40.516	47.003	42.031
Benefícios		11.596	9.923	12.197	10.469
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		2.611	2.289	2.682	2.374
Impostos, taxas e contribuições		59.219	47.294	61.555	49.362
Federais		39.234	28.635	40.679	29.920
Estaduais		195	67	204	77
Municipais		19.789	18.592	20.671	19.365
Remuneração de capitais de terceiros		22.702	27.617	22.739	27.675
Juros de financiamentos, debêntures e empréstimos		18.956	24.103	18.989	24.144
Aluguéis		3.746	3.514	3.750	3.530
Remuneração de capitais próprios		30.085	15.278	30.085	15.278
Lucro do exercício		30.085	15.278	30.085	15.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Essencis Soluções Ambientais S.A. (“ESA”) é uma sociedade anônima com sede na Rua Itapeva, 538 - 12º andar - Bela Vista, município de São Paulo- SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

Em 31 de dezembro de 2013, as principais participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Controlada

- Essencis Ecosistema Ltda. (“Ecosistema”): A Companhia possui participação de 100% na Ecosistema, cuja operação consiste na captação, tratamento, transporte e disposição de resíduos perigosos e não perigosos com atuação na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Controladas em conjunto

- Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (“Catarinense”): A Companhia possui participação de 54% na Catarinense, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais.
- Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (“Essencis MG”): A Companhia possui participação de 66,67% na Essencis MG, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais e sanitários.
- Essencis Manufatura Reversa S.A.. (“Manufatura Reversa”): A Companhia possui participação de 51% na Manufatura Reversa, que presta serviços na área de destinação final, reciclagem e utilização de todos os materiais daí resultantes, principalmente de refrigeradores.
- Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (“Capela de Santana”): A Companhia possui participação de 65% na Capela de Santana, cuja operação consiste na prestação de serviços na área ambiental.
- Prameq Indústria e Comércio Ltda (“Prameq”): A Companhia possui participação de 70% na Prameq, cuja operação consiste no controle de emissões atmosféricas provenientes da atividade industrial.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras individuais em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 - classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa 16 - calculo da amortização do intangível.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e 2014 estão incluídas em notas explicativas

- Nota explicativa 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A Companhia entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

6 Mudanças nas políticas contábeis

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, o Grupo tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Grupo adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto;

d. CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Como resultado das modificações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10, o Grupo mudou sua política contábil para determinar quando ele tem controle sobre e, conseqüentemente, quando ele consolida suas investidas.

O CPC 36 (R3) / IFRS 10 introduziu um novo modelo de controle que foca na existência de poder do Grupo sobre uma investida, sua exposição ou direito aos retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a habilidade de usar seu poder para afetar esses retornos.

Após a adoção destes novos critérios a Administração avaliou que determinados investimentos que antes eram controlados tornaram se negócios controlados em conjunto, são eles:

- Catarinense Engenharia Ambiental S.A.;
- Essencis MG Soluções Ambientais S.A.;
- Essencis Manufatura Reversa S.A.;
- Ecototal Sistemas de Gestão Ltda; e
- Prameq Indústria e Comércio Ltda.

e. CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto

Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto.

De acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo classificou seus investimentos em negócios em conjunto como operações em conjunto (se o Grupo possui direito aos ativos, e obrigações quanto aos passivos, relacionados ao acordo contratual) ou empreendimentos controlados em conjunto (se o Grupo possui direito somente aos ativos líquidos do acordo contratual).

Ao realizar essa avaliação, o Grupo considerou a estrutura dos acordos, a forma legal de qualquer veículo separado, os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias. Anteriormente, a estrutura do acordo contratual era o único foco da classificação.

A adoção das novas regras contábeis estabelecidas no CPC 19 (R2) e CPC 36, resultou em alterações relevantes na forma de consolidação dos investimentos mantidos pelo Grupo nas subsidiárias diretas e indiretas.

A principal alteração em relação à política contábil adotada em exercícios anteriores é a eliminação da consolidação proporcional para os investimentos em entidades controladas em conjunto, que de acordo com o novo pronunciamento passam a ser contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

Essa alteração produz impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentadas em 31 de dezembro de 2012, conforme evidenciado a seguir:

Balanço patrimonial consolidado 2012

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos das mudanças políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Não controladas	Reapresentado (controladas)
Ativo circulante	129.619	(17.652)	111.967
Ativo não circulante	353.162	(16.697)	336.465
<i>Investimentos em coligadas e controladas</i>	-	24.006	24.006
Total dos ativos	482.781	(34.349)	448.432
Passivo circulante	80.991	(13.401)	67.590
Passivo não circulante	209.452	(6.475)	202.977
Total dos passivos	290.443	(19.876)	270.567
Patrimônio líquido	192.339	(14.474)	177.865
<i>Participação dos não controladores</i>	14.474	(14.474)	-
Total do patrimônio líquido	192.339	(14.474)	177.865
Total dos passivos e patrimônio líquido	482.781	(34.349)	448.432

Demonstrações do resultado consolidado 2012

	Impactos das mudanças políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Não controladas	Reapresentado (controladas)
<i>Em milhares de reais</i>			
Receita bruta dos serviços prestados (Impostos incidentes sobre serviços prestados)	423.887 (52.094)	(67.388) 5.679	356.499 (46.415)
Receita líquida	371.793	(61.709)	310.084
Custo dos serviços prestados	(280.582)	41.855	(238.727)
Receitas (despesas) operacionais	(41.436)	7.852	(33.584)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(20.536)	1.537	(18.999)
Imposto de renda e contribuição social	(10.236)	6.740	(3.496)
Lucro líquido do exercício	19.003	(3.725)	15.278
<i>Participação de não controladores</i>	(3.725)	3.725	-

Demonstrações do fluxo de caixa consolidado 2012

	Impactos das mudanças políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Não controladas	Reapresentado (controladas)
<i>Em milhares de reais</i>			
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	42.876	(5.676)	37.200
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(99.978)	25.974	(74.004)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(4.063)	(15.299)	(19.362)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(61.165)	4.999	(56.166)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72.255	(9.697)	62.558
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.090	(4.698)	6.392
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(61.165)	4.999	(56.166)

7 Principais políticas contábeis

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis:

- (a) Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas;
- (b) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);
- (c) Caixa e equivalentes de caixa;
- (d) Contas a receber de clientes e outros recebíveis;
- (e) Estoques;
- (f) Imobilizado;
- (g) Ativos arrendados;
- (h) Ágio;
- (i) Intangível;
- (j) Custo dos empréstimos;
- (k) Adiantamento de clientes;
- (l) Provisões;
- (m) Distribuição de dividendos;
- (n) Imposto de Renda e Contribuição Social;
- (o) Reconhecimento das receitas;
- (p) Estimativas contábeis;
- (q) Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis;
- (r) Demonstração dos fluxos de caixa;
- (s) Demonstração do Valor Adicionado.

(a) Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas

As Demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 27 (equivalente ao CPC 36), combinando as Demonstrações financeiras da Controladora com as de suas controladas, linha a linha, ou seja, somando os saldos de itens de mesma natureza: ativos, passivos, receitas e despesas.

As Demonstrações financeiras consolidadas refletem a eliminação de contas correntes, receitas e despesas representativas de transações entre partes relacionadas, bem como da equivalência patrimonial no patrimônio e no resultado da controladora.

A relação das controladas e entidades controladas em conjunto e seus respectivos percentuais de participação, utilizado para aplicação do método de equivalência patrimonial, estão apresentados na nota explicativa nº 15.

• Controladas

Entidades controladas são aquelas que são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, incluindo as não constituídas sob a forma de sociedade (tais como uma parceria ou projeto, nas quais a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A existência de acordo contratual distingue as participações que envolvem o controle conjunto dos investimentos em coligadas em que a controladora tem influência significativa.

- ***Empreendimentos e Empreendimentos controlados em conjunto***

Entidade controlada em conjunto (joint venture) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica, e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

De acordo com o IAS 31 (CPC 19), os investimentos em empreendimentos em controladas em conjunto devem ser reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial. Por esse método, o registro de investimento é realizado de forma proporcional nos ativos líquidos das controladas em conjunto.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto também são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A existência de acordo contratual distingue as participações que envolvem o controle conjunto dos investimentos em coligadas em que a controladora tem influência significativa.

- (b) ***Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)***

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

- ***Fontes externas de informação***

- (i) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

- ***Fontes internas de informação:***

- (i) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
- (iii) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os saldos de ágio decorrentes da combinação de negócios têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, conforme descrito na nota explicativa nº16. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment- deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundo caixa, os depósitos a vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação.

Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos auferidos até a data base.

(d) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e a provisão para *impairment*, se necessário.

A provisão de crédito de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual de cada cliente, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela administração para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização.

(e) Estoques

O estoque é composto por Créditos de Carbono (CER's), avaliados pelo seu custo de produção, produtos semi- acabados originados no processo de recuperação de metais e por materiais de manutenção e consumo, bem como equipamentos de proteção individual (EPI) avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

(f) Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se referem ou são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que possam trazer benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas. Custos de empréstimos relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis são capitalizados de acordo com o IAS 23 (equivalente ao CPC 20).

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 (equivalente ao CPC 23).

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo, e nos aterros sanitários, pela quantidade de resíduos depositada em relação com a sua capacidade total. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº16.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outras receitas e despesas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

(g) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo, segundo o IAS 17 (equivalente ao CPC 06).

(h) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio pago a terceiros, referente à expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” no consolidado. Se a Companhia apura deságio, o montante será registrado como ganho no resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que uma vez reconhecidas não são revertidas. Os ganhos e perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as unidades geradoras de caixa que se beneficiarem da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ágios na aquisição de controladas da Companhia foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, tendo como base a expectativa de resultados futuros das controladas. A amortização dos ágios suportados com base na expectativa de resultados futuros deixou de ser efetuada, a partir de 1º de janeiro de 2009, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo pronunciamento técnico CPC 1, considerando que se trata de intangíveis com vida útil indefinida.

(i) Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

(j) Custos de empréstimos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, e, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas com vencimentos superiores há 360 dias classificados no passivo não circulante.

(k) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes são registrados no momento da entrada em caixa e representam as obrigações e responsabilidades assumidas com terceiros.

(l) Provisões

As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente estima para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

- ***Provisão para contingências***

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

- ***Provisão para urbanização de aterro***

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a. As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 10,96% (11,42% em 2012).
- b. As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

(m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no mínimo legal definido pelo estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral, conforme descrito na nota explicativa nº 26 c.

(n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor e provisionados segundo o princípio de competência dos exercícios. São reconhecidos os ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças na extensão em que sua realização seja provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação, as controladas em conjunto Catarinense e Ecototal optaram pelo regime do lucro presumido. Para essas controladas em conjunto, a base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionais da receita financeira auferida, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social.

(o) Reconhecimento das receitas

As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos, e reconhecida pelo regime de competência.

- **Receita de juros**

Os juros são reconhecidos utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, linearmente com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, como definido no pronunciamento técnico IAS 39 (equivalente ao CPC 38).

(p) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências e provisão para fechamento e urbanização de aterros.

As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios são como seguem:

- **Redução ao valor recuperável de ágio**

A avaliação de impairment do ágio exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar o valor recuperável.

O saldo total de ágio registrado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$26.297 (R\$34.300 em 31 de dezembro de 2012). Não foi necessário constituir provisão para impairment em 2013 e em 2012.

A natureza e composição das transações que geraram ágio na Companhia estão descritos nas notas explicativas nº 15 e 17.

- ***Provisão para crédito de liquidação duvidosa***

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa nº12.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores.

Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

- ***Vida útil do ativo imobilizado***

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período apresentado.

(q) Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas (e estão descritos na nota explicativa 7.p) para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os padrões de IFRS efetivos e interpretações não tratarem de assuntos específicos.

De acordo com IAS 1 (equivalente ao CPC 26), os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados.

(r) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

(s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício.

A DVA proporciona aos usuários das demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas.

A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010)
- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)
O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

9 Gerenciamento de riscos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

b. Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas subsidiárias não utilizaram instrumentos derivativos no exercício de 2013.

(a) Risco de mercado

- **Risco de câmbio**
As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.
- **Risco de taxa de juros**
O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não entrou em qualquer contrato derivativo para proteger-se contra este risco; porém, monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores apresentados não contemplam as taxas de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	38.978	4.988	3.761	-	47.727
Debêntures	8.627	16.834	84.172	44.785	154.418
Fornecedores e outras contas a pagar	20.229	-	-	-	20.229
Salários e encargos sociais	9.475	-	-	-	9.475
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.180	159	-	-	7.339
Dividendos	14.290	-	-	-	14.290
Provisões	-	1.219	-	30.378	31.597
Adiantamento de clientes	3.595	-	-	-	3.595
	102.374	23.200	87.933	75.163	288.670

Em 31 de dezembro de 2012	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	8.922	-	16.730	-	25.652
Debêntures	4.231	-	54.167	95.833	154.231
Fornecedores e outras contas a pagar	26.392	-	-	-	26.392
Salários e encargos sociais	9.524	-	-	-	9.524
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.357	165	-	-	7.522
Dividendos	8.644	-	-	-	8.644
Provisões	-	2.267	-	26.759	29.026
Adiantamento de clientes	2.520	2.117	-	-	4.637
	67.590	4.549	70.897	122.592	265.628

c. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital total.

Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes (de acordo com as informações demonstradas no balanço patrimonial), subtraídas do montante de caixa e equivalente de caixa. O Capital total é representado pela soma do patrimônio líquido e dívida líquida conforme apresentado no balanço patrimonial.

A política da Companhia é manter um índice abaixo de 2,00. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	294.425	270.567
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(8.736)	(6.392)
Dívida líquida	285.689	264.175
Total do capital próprio	193.660	177.865
Índice de alavancagem	1,48	1,49

d. Instrumentos financeiros

Em 2013 e 2012 a Companhia não efetuou transações envolvendo derivativos.

- ***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento,

então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e debêntures.

10 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a questões ambientais é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e saldos em bancos	657	914	721	984
Aplicações financeiras em CDB indexadas pela variação do CDI (entre 95% a 102,1%)	<u>8.015</u>	<u>5.408</u>	<u>8.015</u>	<u>5.408</u>
	<u><u>8.672</u></u>	<u><u>6.322</u></u>	<u><u>8.736</u></u>	<u><u>6.392</u></u>

12 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Valores faturados:					
Clientes privados		20.603	35.435	24.274	38.093
Clientes públicos		<u>2.912</u>	<u>2.897</u>	<u>2.991</u>	<u>2.897</u>
		23.515	38.332	27.265	40.990
Medições a faturar:					
Clientes privados		45.957	34.147	48.252	34.781
Clientes públicos		<u>1.839</u>	<u>1.704</u>	<u>2.000</u>	<u>1.704</u>
		47.797	35.851	50.253	36.485
Crédito de carbono (a)		-	13.848	-	13.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)		<u>(6.829)</u>	<u>(13.415)</u>	<u>(7.314)</u>	<u>(13.884)</u>
Total de contas a receber		64.483	74.616	70.204	77.439
Partes relacionadas	12	32.263	32.737	32.208	31.812
Outros créditos (c)		<u>7.225</u>	<u>1.852</u>	<u>7.242</u>	<u>1.873</u>
		<u>103.971</u>	<u>109.205</u>	<u>109.655</u>	<u>111.124</u>
Circulante		84.335	81.135	90.064	83.040
Não circulante		19.636	28.070	19.591	28.084

- (a) Refere-se a projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio da geração de biogás em aterro, que são queimados e revertidos em crédito de carbono (CER's). Em 2012, o valor correspondia a R\$ 13.848 (US\$ 7 milhões), equivalente a 1,4 milhões de CER's, negociados com a Electric Power Development Co., Ltd (J-Power). O contrato de venda e recebimento dos CER's foi objeto de discussão em arbitragem internacional entre a Essencis e a J-Power na Câmara de Arbitragem de Nova York (AAA), onde houve decisão desfavorável para a Companhia. O valor de R\$ 13.848 foi levado a perda, e revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 4.880, enquanto os CER's passaram a integrar a conta de Estoques.
- (b) A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para risco de crédito.
- (c) No grupo de outros créditos está contabilizado o montante de R\$ 5.048 referente a indenização a ser recebida pelo sinistro ocorrido no incinerador de Taboão da Serra-SP (vide nota 30).

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valores a vencer	77.733	64.694	79.844	66.998
Vencidos:				
Até 30 dias	16.539	14.287	17.608	13.859
Entre 31 e 60 dias	2.643	3.027	3.346	4.250
Entre 61 e 90 dias	820	1.308	974	1.181
Entre 91 e 180 dias	922	2.183	1.057	1.866
Entre 181 e 360 dias	3.193	6.017	3.509	5.928
Acima de 360 dias	8.951	31.104	10.630	30.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(6.829)	(13.415)	(7.314)	(13.884)
Total	103.971	109.205	109.655	111.124

- (a) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as políticas estabelecidas pela Administração.

A movimentação da provisão para riscos de créditos está demonstrada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2012	(13.884)
Créditos provisionados no exercício	(832)
Créditos recuperados no exercício	1.224
Créditos baixados definitivamente da posição	6.178
Saldo em 31/12/2013	(7.314)

13 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as transações com empresas relacionadas durante esses exercícios, são demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber	contas a receber	contas a pagar	contas a pagar	(despesas)	
Empresa	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prestação Serviços						
Administrativos e outros (a):						
Solvi Particip.	2	-	392	1.438	(1.389)	(806)
Essencis MG	-	83	-	626	(664)	(2.717)
Essencis Sol. Amb.	321	1.524	300	1.374	(572)	-
Catarinense Eng.	46	24	19	26	(184)	210
Essencis Man.	-	-	-	4	-	-
Ecototal	177	2	-	478	26	-
Ecosistema	173	45	-	-	194	-
Prameq Ind. e Com.	98	-	-	51	(6)	-
Koleta Ambiental	778	1.190	124	226	2.101	2.535
GRI - Geren. de Res.	69	82	111	111	587	1.290
Vega Engenharia	-	-	-	-	-	40
LOGA (c)	12.246	11.476	-	6	60.350	60.805
RLI - Revit. de Lâmp.	2	-	-	-	1	-
	<u>13.912</u>	<u>14.426</u>	<u>946</u>	<u>4.339</u>	<u>60.444</u>	<u>61.357</u>
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Particip.	-	-	-	-	(3.534)	(3.778)
Essencis MG	-	127	-	-	-	-
Catarinense Eng.	-	43	-	-	-	-
Ecototal	-	167	-	-	-	-
Ecosistema	25	64	-	-	-	-
Prameq Ind. e Com.	-	73	-	-	-	-
GRI - Geren. de Res.	-	2	-	-	-	-
	<u>25</u>	<u>476</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.534)</u>	<u>(3.778)</u>
Contratos de Mútuo (b):						
Essencis MG	-	6.864	-	-	637	417
Essencis Sol. Amb.	6.822	-	-	-	-	-
Ecototal	9.923	9.789	-	-	1.014	1.010
Ecosistema	45	(15)	-	-	-	54
Prameq Ind. e Com.	1.536	1.197	-	-	137	101
	<u>18.326</u>	<u>17.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.788</u>	<u>1.582</u>
Circulante	<u>13.937</u>	<u>14.902</u>	<u>946</u>	<u>4.339</u>	<u>56.910</u>	<u>57.579</u>
Não circulante	<u>18.326</u>	<u>17.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.788</u>	<u>1.582</u>
Total	<u>32.263</u>	<u>32.737</u>	<u>946</u>	<u>4.339</u>	<u>58.698</u>	<u>59.161</u>

Consolidado						
Empresa	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prestação Serviços						
Administrativos e outros (a):						
Solvi Particip.	-	-	410	1.456	(1.465)	(1.278)
Essencis MG	147	210	265	626	(664)	(2.717)
Essencis Sol. Amb.	138	-	-	-	(572)	412
Catarinense Eng.	46	67	19	26	(184)	210
Essencis Man.	-	-	-	4	-	-
Ecototal	177	169	-	478	26	-
Ecosistema	152	450	-	-	106	(25)
Prameq Ind. e Com.	98	72	-	51	(6)	-
Koleta Ambiental	778	1.190	386	226	1.285	2.535
GRI - Geren. de Res.	119	115	111	111	833	1.480
Vega Engenharia	-	-	-	-	-	40
LOGA (c)	12.246	11.625	-	6	60.350	60.805
RLI - Revit. de Lâmp.	1	-	-	-	1	-
	13.902	13.899	1.191	2.983	59.710	61.462
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Particip.	-	-	-	-	(3.673)	-
Essencis Sol. Amb.	-	-	-	-	-	(213)
Ecosistema	25	64	-	-	-	(12)
Vega Engenharia	-	-	-	-	-	(3.699)
	25	64	-	-	(3.673)	(3.924)
Contratos de Mútuo (b):						
Essencis MG	6.822	6.864	-	-	637	417
Ecototal	9.923	9.787	-	-	1.014	1.010
Ecosistema	-	-	-	-	-	53
Prameq Ind. e Com.	1.536	1.197	-	-	137	101
	18.281	17.849	-	-	1.788	1.582
Circulante	13.927	13.963	1.191	2.983	56.037	57.538
Não circulante	18.281	17.849	-	-	1.788	1.582
Total	32.208	31.812	1.191	2.983	57.825	59.120

- (a) As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional, em condições semelhantes à aplicadas à terceiros, e reembolso de despesas operacionais por meio de rateios.
- (b) Referem-se ao contrato de mútuo entre a Essencis MG, Macaé Projetos, Ecototal Sistemas e Essencis Ecosistema, a Companhia e os sócios minoritários, com juros de 10,69% ao ano.
- (c) Refere-se à remuneração pela destinação de resíduos provenientes da coleta na cidade de São Paulo e dispostos no aterro de Caieiras.

Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$3.702 (R\$2.961 em 2012).

14 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Materiais de consumo	7.704	4.429	7.777	4.510
Crédito de carbono	9.943	6.467	9.943	6.467
Produtos semi acabados	113	-	113	-
Total	17.760	10.896	17.833	10.977

15 Investimentos

Empresas controladas	Capital Social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de Investimento 2013
Ecosistema	4.690	100,00	6.762	1.120	1.120	6.762
Ágio - mais valia de aterro: Ecosistema						4.558
Total de investimento em controladas					1.120	11.320
Empresas controladas em conjunto	Capital Social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 2013
Essencis MG	6.083	66,67	22.932	5.109	3.407	15.289
Catarinense	2.800	54,00	12.129	8.649	4.670	6.550
Essencis Manuf.Reversa	384	51,00	29	-	-	15
Ecototal	4.145	65,00	7.297	3.793	2.465	4.743
Prameq	1.014	70,00	(1.504)	(878)	(615)	(1.053)
Ágio - mais valia de aterro: Prameq						1.253
					9.927	26.797
Provisão para passivo a descoberto						(1.052)
Total de investimentos no consolidado						27.850
Ágio - mais valia de aterro: Macaé						4.250
Ecototal						2.187
Ecolar						12.913
Incineração						511
Remediação						5.183
						25.044
Total de investimentos na controladora						64.214
Investimento na controladora						64.214

As mutações do investimento são demonstradas a seguir:

Empresas controladas	Saldo de investimento em 2012	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital/aquis. de investimentos	Saldo de investimento em 2013
Ecosistema	5.642	1.120	-	-	6.762
	5.642	1.120	-	-	6.762
Empresas controladas em conjunto	Saldo de investimento em 2012	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital/aquis. de Investimentos	Saldo de investimento em 2013
Essencis MG	13.501	3.407	(1.618)	-	15.289
Catarinense	6.752	4.670	(4.872)	-	6.549
Essencis Manuf.Reversa	15	-	-	-	15
Ecototal	3.253	2.465	(975)	-	4.743
Prameq	(438)	(615)	-	-	(1.053)
	23.082	9.927	(7.466)	-	25.544
Ágio - Mais valia de aterro:					
Prameq	924	-	-	329	1.253
Ecosistema	4.558	-	-	-	4.558
Macaé	4.250	-	-	-	4.250
Ecototal	2.187	-	-	-	2.187
Ecolar	12.913	-	-	-	12.913
Incineração	511	-	-	-	511
Remediação	5.183	-	-	-	5.183
	59.250	11.047	(7.466)	329	63.162
Passivo a descoberto	-				1.053
Investimento na controladora					64.214

16 Imobilizado

É composto como segue:

	Tx média anual %	Controladora			
		2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterros e Benfeitorias em Aterros	(*)	234.093	(109.044)	125.049	114.292
Edificações	4	63.626	(17.595)	46.031	31.030
Máquinas, equipamentos e outros	10	95.671	(29.406)	66.265	54.469
Móveis e utensílios e instalações	10	2.764	(1.340)	1.424	1.196
Hardware e outros	20	3.555	(2.348)	1.207	1.292
Imobilizado em andamento	-	16.188	-	16.188	23.298
		415.897	(159.733)	256.164	225.577

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Consolidado					
	Tx média anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterros e benfeitorias em aterros	(*)	242.356	(113.121)	129.235	118.548
Edificações	4	64.184	(17.808)	46.376	31.395
Máquinas, equipamentos e outros	10	97.464	(31.062)	66.402	54.761
Móveis e utensílios e instalações	10	2.809	(1.375)	1.434	1.206
Hardware e outros	20	3.640	(2.400)	1.240	1.333
Imobilizado em andamento		16.202	-	16.202	23.172
		<u>426.655</u>	<u>(165.766)</u>	<u>260.889</u>	<u>230.415</u>

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se às centrais de tratamento de resíduos na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, Betim, Capela de Santana, Macaé, Joinville, Caieiras e São José dos Campos, no estado de São Paulo, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A mutação do imobilizado é composta como segue:

Custos do imobilizado	Controladora					2013
	2012	Adição	Baixa	Transf.	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	
Aterros	176.556	22.943	-	1.971	3.513	204.983
Terrenos	1.800	-	-	-	-	1.800
Benfeitorias em bens de terceiros	23.511	1.606	-	2.193	-	27.310
Edificações	46.788	8.200	-	8.638	-	63.626
Máquinas, equipamentos e outros	78.183	19.458	(5.382)	3.412	-	95.671
Móveis e utensílios e instalações	2.342	422	-	-	-	2.764
Hardware e outros	3.210	345	-	-	-	3.555
Imobilizado em andamento	23.298	9.295	-	(16.405)	-	16.188
	<u>355.688</u>	<u>62.269</u>	<u>(5.382)</u>	<u>(191)</u>	<u>3.513</u>	<u>415.897</u>
Depreciação acumulada						
Aterros	(76.780)	(15.707)	-	-	(3.513)	(96.000)
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.796)	(2.247)	-	-	-	(13.044)
Edificações	(15.756)	(1.839)	-	-	-	(17.595)
Máquinas, equipamentos e outros	(23.714)	(8.182)	2.490	-	-	(29.406)
Móveis e utensílios e instalações	(1.146)	(194)	-	-	-	(1.340)
Hardware e outros	(1.918)	(430)	-	-	-	(2.348)
	<u>(130.111)</u>	<u>(28.599)</u>	<u>2.490</u>	<u>-</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(159.733)</u>
Imobilizado, líquido	<u>225.577</u>	<u>33.669</u>	<u>(2.892)</u>	<u>(191)</u>	<u>-</u>	<u>256.164</u>

Custo do imobilizado	Consolidado						2013
	2012	Adição	Baixa	Transf.	Valor justo dos ativos	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	
Aterros	184.403	23.380	-	1.844	-	3.619	213.246
Terrenos	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Benfeitorias em bens de terceiros	23.511	1.606	-	2.193	-	-	27.310
Edificações	47.345	8.201	-	8.638	-	-	64.184
Máquinas, equipamentos e outros	79.968	19.466	(5.382)	3.412	-	-	97.464
Móveis e utensílios e instalações	2.386	423	-	-	-	-	2.809
Hardware e outros	3.294	346	-	-	-	-	3.640
Imobilizado em andamento	23.171	9.309	-	(16.278)	-	-	16.202
	365.878	62.731	(5.382)	(191)	-	3.619	426.655
Depreciação acumulada							
Aterros	(80.373)	(16.086)	-	-	-	(3.619)	(100.078)
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.796)	(2.247)	-	-	-	-	(13.043)
Edificações	(15.949)	(1.859)	-	-	-	-	(17.808)
Máquinas, equipamentos e outros	(25.206)	(8.347)	2.491	-	-	-	(31.062)
Móveis e utensílios e instalações	(1.179)	(196)	-	-	-	-	(1.375)
Hardware e outros	(1.960)	(440)	-	-	-	-	(2.400)
	(135.463)	(29.174)	2.491	-	-	(3.619)	(165.766)
Imobilizado, líquido	230.415	33.557	(2.892)	(191)	-	-	260.889

O saldo líquido remanescente da reavaliação dos terrenos utilizados pelas centrais de tratamento de resíduos, componente do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013, totalizava R\$ 6.395 (R\$ 7.622 em 2012), sendo o imposto de renda e contribuição diferido passivo no valor de R\$2.174 (R\$2.591 em 2012).

O total de adições no imobilizado em andamento foi de R\$9.309, sendo que deste valor R\$ 2.902 referem se ao custo de debêntures a taxa TR + 8,5% ao ano.

17 Intangível

É composto como segue:

	Tx média anual %	Controladora				2012
		2013				
		Custo	Depreciação	Transferência	Líquido	Líquido
Softwares	20	1.565	(936)	-	629	473
Licença de direito	28	4.006	(2.330)	-	1.676	2.794
Ágio:						
Prameq	-	363	-	-	363	692
Ecosistema	-	-	-	-	3.083	3.083
		5.934	(3.266)	-	5.751	7.042

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Consolidado							
		2013				2012	
	Tx média anual %	Custo	Depreciação	Transferência	Valor justo dos ativos	Líquido	Líquido
Softwares	20	1.566	(937)	-	-	629	475
Licença de direito	28	10.200	(2.328)	-	-	7.873	8.989
Relacionamento clientes	-	334	-	-	-	334	334
Ágio:							
Prameq		692	-	-	(329)	363	692
Ecosistema		3.083	-	-	-	3.083	3.083
Macaé		4.250	-	-	-	4.250	4.250
Ecototal		2.187	-	-	-	2.187	2.187
Ecolar		12.913	-	-	-	12.913	12.913
Incineração		511	-	-	-	511	511
Remediação		5.183	-	-	-	5.183	5.183
		<u>40.919</u>	<u>(3.265)</u>	<u>-</u>	<u>(329)</u>	<u>37.326</u>	<u>38.617</u>

A movimentação do intangível é composta como segue:

Controladora					
Custo	2012	Adição	Valor justo dos ativos	Transferência	2013
Softwares	1.253	121	-	191	1.565
Licença de Direito	4.006	-	-	-	4.006
Ágio s/ sociedade incorporadas:					
Prameq	692	-	(329)	-	363
Ecosistema	<u>3.083</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.083</u>
	9.034	121	(329)	191	9.017
Amortização					
Softwares	(780)	(156)	-	-	(936)
Licença de direito	<u>(1.211)</u>	<u>(1.119)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.330)</u>
	(1.991)	(1.275)	-	-	(3.266)
Intangível, líquido	<u>7.043</u>	<u>(1.154)</u>	<u>(329)</u>	<u>191</u>	<u>5.751</u>

Custo	Consolidado					Mais valia ativo intangível	2013
	2012	Adição	Baixa	Transfêrencia			
Softwares	1.255	120	-	191	-	1.566	
Licença de direito	10.200	-	-	-	-	10.200	
Relacionamento clientes	334	-	-	-	-	334	
Ágio s/ sociedade incorporadas:							
Prameq	692	-	-	-	(329)	363	
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	3.083	
Macaé	4.250	-	-	-	-	4.250	
Ecototal	2.187	-	-	-	-	2.187	
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151	
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946	
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624	
	60.722	120	-	191	(329)	60.704	
Amortização							
Softwares	(780)	(157)	-	-	-	(937)	
Licença de direito	(1.211)	(1.117)	-	-	-	(2.328)	
Ágio s/ sociedade incorporadas:							
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)	
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)	
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	(1.441)	
	(22.105)	(1.274)	-	-	-	(23.379)	
Intangível, líquido	38.617	(1.154)	-	191	(329)	37.326	

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2013.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Período Projetivo: 1 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2023.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2013 a 2018 e de 2019 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de *impairment*

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades geradoras de caixa da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a

necessidade de constituir qualquer provisão para perda.
 Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Alocação do ágio

Conforme disposto no CPC 15 (“Combinação de Negócios”), determina que seja feita a alocação do preço de aquisição para subsidiar a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Como resultado desta análise, foram identificados ajustes necessários em ativos e passivos já existentes, de maneira que refletissem seus valores justos e também ativos intangíveis não registrados, conforme segue:

	Mais valia ou valor justo Prameq
Ajustes no consolidado Essencis	
Ativo imobilizado	-
Ativo intangível	
Marcas	1.627
Licença da operação	-
Relacionamento de clientes	1.086
Total	2.713
IR/CS diferido sobre os ajustes (Passivo)	(922)
Ajuste no Patrimônio Líquido das controladas	1.791
Ajustes na Essencis	
Lançamento mais valia de ativos na Essencis (resultado abrangente - PL)	1.253

Como resultado final do presente trabalho, foi obtida uma parcela de ágio justificável por expectativa de rentabilidade futura no valor de:

	Prameq
Valor original do ágio	1.616
Alocações do Ágio	<u>(1.253)</u>
Ágio remanescente (expectativa de rentabilidade futura)	363

18 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fornecedores		17.528	22.837	19.038	23.409
Partes relacionadas	12	946	4.339	1.191	2.983
		<u>18.474</u>	<u>27.176</u>	<u>20.229</u>	<u>26.392</u>
Circulante		<u>18.474</u>	<u>27.176</u>	<u>20.229</u>	<u>26.392</u>

19 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
FINAME	TJLP + 4,2% a.a a 7,00% a.a	de Maio/2009 a Julho/2014	22	185	22	185
	Pré fixado de 6,40% a.a - TJLP + 5,20% a.a. a					
BNDES	5,80% a.a. - 4,35% a 4,80% + Tx. variável	de Maio/06 a Agosto/2017	12.344	18.584	12.344	18.584
Capital giro	CDI e Libor + 2,0% a.a. a 3,15% a.a.	de Abril/2010 a Março/2016	34.158	5.339	34.158	5.339
		de junho/2016 a				
Leasing	16,35% a 16,95% a.a.	fevereiro/2017	1.203	1.531	1.203	1.544
Total			<u>47.727</u>	<u>25.639</u>	<u>47.727</u>	<u>25.652</u>
Curto prazo			38.978	8.918	38.978	8.922
Longo prazo			8.749	16.721	8.749	16.730

Os valores que compõem o saldo referem-se, basicamente, a financiamentos junto a instituições bancárias e BNDES, na modalidade BNDES Automático, FINEM e FINAME.

Os empréstimos sob o título de Capital de Giro referem-se a empréstimos-ponte até a liberação de recursos de longo prazo. Em 30/12/2013 a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$ 106.246, na modalidade FINEM, com prazo de amortização de 8 anos. As liberações ocorrem a partir de Janeiro/2014 e serão utilizadas na liquidação das operações de empréstimo-ponte.

A Companhia não está sujeita à manutenção de índices financeiros nem a outras cláusulas restritivas em suas operações, exceto as mencionadas a seguir. As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Companhia conduzir seus negócios até o momento.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	7.366	-	7.369
2015	4.988	5.401	4.988	5.404
2016	2.555	2.762	2.555	2.765
2017	1.206	1.192	1.206	1.192
	<u>8.749</u>	<u>16.721</u>	<u>8.749</u>	<u>16.730</u>

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Os contratos firmados com o BNDES contém *covenants* que estabelecem requisitos operacionais que devem ser cumpridos sendo os mais relevantes: reorganização societária envolvendo a Companhia devedora, inadimplemento e venda ou transferência de propriedade de um produto. O novo contrato de financiamento, firmado em 30 de dezembro de 2013 tem garantia por carta de fiança bancária, emitidas pelo Banco Santander Brasil S.A. e Banco ItaúBBA S.A., no montante de R\$56.246 e R\$50.000, respectivamente.

20 Debêntures

Composição

	Série	Emissão	Consolidado	
			2013	2012
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Única		154.418	154.231
Passivo circulante			8.627	4.231
Passivo não circulante			145.791	150.000

Em 01 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor do FI - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima.

21 Salários, benefícios e encargos

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	787	892	788	892
Encargos trabalhistas	910	1.289	928	1.329
Férias	5.009	5.000	5.143	5.203
Participação no resultado	2.558	2.016	2.616	2.100
Total	9.264	9.197	9.475	9.524

a. Benefício de previdência privada

Aos funcionários que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$ 281 (R\$ 328 em 2012), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
ISS sobre vendas	2.689	3.330	2.955	3.432
PIS sobre vendas	455	400	466	409
COFINS sobre vendas	2.094	1.844	2.149	1.885
IR Fonte	744	672	752	681
Parcelamento	11	12	11	12
Outros	782	918	847	938
Total	<u>6.775</u>	<u>7.176</u>	<u>7.180</u>	<u>7.357</u>

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que traz diversas alterações na legislação tributária federal, nos tributos Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins.

A MP 627/13 tem por objetivo principal harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (IFRS).

Com isso, o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. O novo regime tributário poderá ser adotado pelo contribuinte voluntariamente a partir de 01 de janeiro de 2014 ou mandatoriamente a partir de 01 de janeiro de 2015.

Os principais temas tratados na MP 627/13 foram: Revogação do regime tributário de transição, distribuição de lucros, incorporação, fusão e cisão, mais valia de ativos, ágio (*goodwill*), ganho por compra vantajosa (antigo deságio), avaliação a valor justo, recuperabilidade de ativos (*impairment*), controladas no exterior, contratos de concessão, despesa com emissão de ações, despesas pré-operacionais, variação cambial, contratos de longo prazo, subvenções para investimento, prêmio na emissão de debêntures, contratos de concessão, aquisição de participação societária em estágios, prejuízos não operacionais e arrendamento mercantil.

A Administração da Companhia vem efetuando uma avaliação das disposições contidas na MP 627, e seus consequentes impactos, esperando concluir até abril de 2014, quando a MP será convertida em Lei.

A partir da conversão em Lei, o governo federal deverá estabelecer as regras e o prazo para as empresas exercerem a opção da aplicabilidade das alterações introduzidas, se em 2014 ou somente a partir de 2015.

23 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Diferenças temporárias:				
Provisão para urbanização de aterro	23.576	25.295	24.629	25.362
Outras provisões temporariamente indedutíveis	14.646	15.651	15.707	16.205
Mais valia de ativos	-	-	(6.905)	(6.905)
Reavaliação de terreno do aterro	(6.394)	(7.622)	(6.394)	(7.622)
	31.828	33.324	27.037	27.040
Alíquota - %	34	34	34	34
	10.822	11.330	9.193	9.194
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(476)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	10.822	11.330	8.717	9.194
Ativos fiscais diferidos - Não circulante	12.996	13.922	13.239	14.133
Passivos fiscais diferidos - Não circulante	(2.174)	(2.592)	(4.522)	(4.939)

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	39.550	18.481	40.070	18.774
Amortização de ágio – RTT	(739)	(4.273)	(739)	(4.273)
	38.811	14.208	39.331	14.501
Alíquotas do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
	(13.196)	(4.831)	(13.372)	(4.930)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	3.756	2.309	3.375	2.092
Provisão para o não-reconhecimento do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	6
Diferenças permanentes	219	(826)	211	(836)
Outros	(244)	145	(199)	171
Provisão para imposto de renda e contribuição social efetivos	(9.465)	(3.203)	(9.985)	(3.497)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(8.898)	(6.905)	(9.450)	(7.345)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(567)	3.702	(535)	(3.848)

24 Adiantamentos de clientes

O montante de R\$2.117 existentes na conta de Adiantamento de Clientes em 2012 referem-se ao valor residual do adiantamento original de US\$ 4.4 milhões feito pela Electric Power DevelopmentCo.,Ltd conforme contrato e referem-se a 240.000 Créditos de Carbono - CER's - a certificar e com prazo de entrega em 31 de março de 2013, reconhecidos na conta Estoques pelo mesmo valor.

Com o julgamento final do procedimento arbitral da Câmara de Arbitragem de Nova York (AAA), a Electric Power DevelopmentCo.,Ltd. solicitou a devolução do adiantamento pendente, considerando o contrato resilido, o que foi realizado pela Companhia em 23 de julho de 2013.

25 Provisões

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Contingências	1.219	2.267	1.219	2.267
Urbanização de aterro	28.808	25.295	30.378	26.759
	30.027	27.562	31.597	29.026

Contingências

São compostas como segue:

	<u>Controladora</u>			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2012	1.941	326	-	2.267
Adições	26	699	538	1.263
Reversões	(1.967)	(115)	-	(2.082)
Saldo em 31/12/2013	-	910	538	1.448
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(229)	-	(229)
	-	681	538	1.219
	<u>Consolidado</u>			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2012	1.941	326	-	2.267
Adições	26	699	538	1.263
Reversões	(1.967)	(115)	-	(2.082)
Saldo em 31/12/2013	-	910	538	1.448
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(229)	-	(229)
	-	681	538	1.219

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes

tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2013, as contingências cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$9.287 (R\$4.163 em 2012).

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia e de suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (30 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;

- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual). As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a taxa média de 10,96% (11,42% em 2012) que reflete o custo de capital da Companhia.

São compostas como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	25.295	26.759
Provisões constituídas	3.513	3.682
Reversões/realizações	-	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	28.808	30.378

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 está representado por 112.571.318 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reserva legal

Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

c. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Sociedade estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2013 foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Cálculo de distribuição de dividendos 2013	
Lucro líquido do exercício	30.085
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 26.b)	1.504
(=) Base para distribuição de dividendos	28.581
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	50
(=) Dividendos distribuídos em 2013	14.290

No exercício de 2013 a Companhia pagou a seus acionistas o montante de R\$ 8.644 referente aos dividendos distribuídos e provisionados no exercício de 2012.

27 Receita operacional, líquida

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita:				
Receita de resíduos	361.471	343.512	371.592	349.443
Receita venda sucata	3.129	2.515	3.129	2.516
Receita crédito carbono	-	4.540	-	4.540
Outras	36	-	37	-
Total	364.636	350.567	374.758	356.499
Deduções receita bruta:				
ISS	(14.630)	(14.154)	(15.288)	(14.723)
PIS	(5.984)	(5.455)	(6.200)	(5.643)
Cofins	(27.559)	(25.126)	(28.559)	(25.992)
ICMS	(182)	(57)	(182)	(57)
Total	(48.355)	(44.792)	(50.229)	(46.415)
Receita líquida	316.281	305.775	324.529	310.084

28 Despesas gerais e administrativas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração mão de obra direta	(7.343)	(5.688)	(7.343)	(5.688)
INSS	(1.402)	(1.147)	(1.402)	(1.147)
FGTS	(388)	(315)	(388)	(315)
Benefícios	(922)	(717)	(922)	(717)
Alugueis	(1.258)	(966)	(1.258)	(966)
Depreciação	(445)	(378)	(445)	(378)
Serviços de terceiros	(8.128)	(7.422)	(8.343)	(7.628)
Tributos, seguros e contribuições	(928)	(309)	(936)	(335)
Viagens e estadias	(780)	(719)	(780)	(719)
Outros	(797)	(881)	(800)	(887)
Total	(22.391)	(18.542)	(22.617)	(18.780)

29 Despesas comerciais

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(9.452)	(15.474)	(9.493)	(15.943)
Patrocínios, brindes e doações	(640)	(740)	(660)	(742)
Propaganda e publicidade	(857)	(287)	(858)	(288)
Outros	(516)	(440)	(532)	(468)
Total	(11.465)	(16.941)	(11.543)	(17.441)

30 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
(Provisão)/Reversão líquida de contingências	325	(2.124)	325	(2.126)
Outras (despesas) receitas, líquidas	52	(49)	52	(49)
Patrocínios, doações	(411)	(1.378)	(411)	(1.378)
Receitas eventuais (a)	5.737	37	5.751	37
Total	5.703	(3.514)	5.717	(3.516)

- (a) Receita referente a indenização a ser recebida da Itaú Seguros pelo sinistro ocorrido no incinerador de Taboão da Serra (vide nota 12).

31 Resultado financeiro

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento	(12.783)	(10.784)	(12.781)	(10.787)
Descontos concedidos	(2.206)	(623)	(2.211)	(647)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(1.931)	(470)	(1.936)	(471)
Tarifas bancárias	(2.036)	(12.225)	(2.061)	(12.239)
Tributos sobre movimentações financeiras	(467)	(1.307)	(469)	(1.309)
	(19.423)	(25.409)	(19.458)	(25.453)
Receitas financeiras:				
Juros sobre mútuo	1.788	1.582	1.788	1.582
Variação monetária	184	-	184	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	559	4.073	581	4.098
Juros recebidos e descontos obtidos	1.092	670	1.118	774
	3.623	6.325	3.671	6.454
Total	(15.800)	(19.085)	(15.787)	(18.999)

32 Cobertura de seguros (não auditado)

A administração da companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Danos Materiais: R\$83.410;
- Responsabilidade Civil: R\$11.000;e
- Lucros Cessantes: R\$14.436.